

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 17 de fevereiro de 2020 às 07h44
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Direitos Autorais

Google negocia pagar por uso de trecho de notícia 3
ECONOMIA

Folha de S.Paulo | BR

Direitos Autorais

Google negocia pagar a empresas jornalísticas para publicar notícias 4
MERCADO

Abipti | BR

14 de fevereiro de 2020 | Marco regulatório | INPI

Reino Unido investe R\$ 18 milhões para aprimorar INPI 6

Jota Info | DF

14 de fevereiro de 2020 | Marco regulatório | INPI

STJ julgará disputa de músicos do Legião Urbana pelo uso da marca 8
JUSTIÇA | ANA POMPEU

Teletime News | SP

14 de fevereiro de 2020 | Patentes

Huawei: novas acusações do governo dos EUA não têm fundamento 11

Google negocia pagar por uso de trecho de notícia

ECONOMIA

Gigante de tecnologia teria iniciado conversas com publicações europeias, principalmente francesas.

Um possível acordo se aplicaria apenas ao uso de reportagens no Google News

BRUXELAS E NOVA YORK

A Alphabet, controladora do Google, está em negociações com jornais e revistas visando ao pagamento de licenças para incluir trechos de suas notícias e artigos no serviço Google News. As conversas estão em estágio inicial com editoras europeias, como as da França, e podem não ser conclusivas, revelou uma fonte a par das discussões. Um possível acordo se aplicaria apenas ao Google News, não à totalidade das buscas no site do Google.

No fim do ano passado, editores franceses protestaram contra o Google quando o gigante de tecnologia afirmou que não incluiria mais trechos de notícias da mídia francesa em seus resultados de buscas, após a promulgação de uma nova lei de **direitos** autorais.

O anúncio fez com que autoridades e editoras do país - que esperavam receber pagamentos das grandes empresas de **internet** sob a nova lei - acusassem o Google de pressionar com ameaças. Órgãos antitruste franceses afirmaram que investigariam como o Google

implementaria suas novas regras.

Executivos de mídia vêm instando Google e Facebook a pagarem pelo direito de postarem reportagens e artigos. Argumentam que é o conteúdo jornalístico que leva os usuários às plataformas tecnológicas, enquanto as empresas de **internet** ficam com o faturamento da publicidade on-line.

Richard Gingras, vice-presidente de Notícias do Google, afirma que ajudar as pessoas a ter jornalismo de qualidade é "importante para uma democracia bem informada e contribui para uma indústria de mídia sustentável".

- Estamos conversando com parceiros e examinando novas maneiras de expandir nosso trabalho com as editoras - diz Gingras.

Na Europa, a difícil relação do Google com as editoras levou a ações judiciais, investigações antitruste e uma diretiva sobre **direitos** autorais que permite a empresas jornalísticas buscar pagamento dos sites que mostram seu conteúdo. A França foi o primeiro país a implementar essa regra.

Em outubro passado, o Facebook apresentou uma seção separada de notícias em seu aplicativo e concordou em pagar de US\$ 1 milhão a US\$ 3 milhões para exibir matérias na plataforma.

Google negocia pagar a empresas jornalísticas para publicar notícias

MERCADO

Acordo seria um marco histórico, pois gigante das buscas sempre resistiu a remunerar empresas por conteúdo

O Google negocia com empresas de comunicação o pagamento de uma taxa de licenciamento pelo conteúdo que fará parte de um novo produto noticioso. A decisão representaria uma mudança histórica no relacionamento entre o gigante das buscas e as organizações noticiosas.

As negociações, de acordo com pessoas informadas sobre o assunto, estão no começo, e ainda não se sabe se um acordo será atingido. A maioria dos provedores de conteúdo que conversam com o Google é de fora dos EUA e incluem companhias da França e de outras partes da Europa.

Os termos financeiros dos possíveis acordos de licenciamento que estão em discussão não foram revelados. O foco das negociações é licenciar conteúdo que será publicado como parte de um produto gratuito do Google.

Acordos de licenciamento entre o Google e as organizações noticiosas para cessão de conteúdo ao produto noticioso do primeiro representariam um marco para os provedores de conteúdo, que há muito buscam remuneração por parte do gigante das buscas.

O Google encaminha muito tráfego aos sites de notícia a cada mês, pelo serviço de buscas, mas até agora vinha resistindo a pagar diretamente às empresas de comunicação.

A companhia seria a terceira gigante da tecnologia a avançar na direção de pagamentos aos provedores de conteúdo.

Em 2019, o Facebook anunciou que passaria a apagar organizações noticiosas - em alguns casos, milhões de dólares anuais - para licenciar o uso de suas manchetes e de resumos de suas reportagens para um serviço noticioso.

No ano passado, a Apple lançou um app de notícias, o Apple News (não disponível no Brasil), que, por US\$ 9,99 (R\$ 43) ao mês, oferece acesso a artigos de centenas de revistas, entre as quais Vogue e QG, e jornais como o Wall Street Journal e o Los Angeles Times.

As negociações com o Google surgem em meio à pressão de executivos de organizações noticiosas de fora dos EUA - especialmente na França por pagamento de uma taxa de licença para exibir seu conteúdo noticioso nos resultados do serviço de busca.

O Google anunciou em setembro que não pagaria a organizações noticiosas europeias pelo direito de incluir seu conteúdo em resultados de busca, o que causou reação adversa dos provedores de conteúdo que esperavam remuneração, depois da aprovação de uma nova lei de **direitos** autorais na União Européia.

Algumas organizações noticiosas afirmaram recentemente que desenvolveriam agregadores de notícias próprios, a fim de concorrer com gigantes da tecnologia como o Google, Facebook e Apple.

A News Corp - controladora da Dow Jones, proprietária do Wall Street Journal - lançou no começo do ano o site Knewz, que oferece manchetes direcionadas extraídas de diversas fontes de notícias.

A CNN, parte do grupo AT&T, anunciou em 2019 que estava desenvolvendo o Newseo, serviço agregador de notícias cujo objetivo é concorrer com os produtos noticiosos do Facebook e da Apple.

Continuação: Google negocia pagar a empresas jornalísticas para publicar notícias

As organizações noticiosas pressionam há muito tempo pelo pagamento de licenças por parte dos gigantes da tecnologia. As chamadas big techs resistiram a esses apelos por anos, preferindo fazer doações a organizações noticiosas por meio de suas divisões filantrópicas ou oferecer compensações indiretas na forma de tráfego ampliado de **internet**.

Google e Facebook enfrentam críticas por seu papel na situação difícil que o setor noticioso enfrenta, já

que agora abocanham boa parte da receita publicitária que costumava pertencer aos jornais.

Combinados, Facebook e Google devem ficar com 61% da receita de publicidade digital nos EUA neste ano, segundo o grupo de pesquisa eMarketer.

Tradução de Paulo Migliacci

Reino Unido investe R\$ 18 milhões para aprimorar INPI



O objetivo é melhorar o sistema de concessões de patentes

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) recebeu aporte de R\$ 18,5 milhões do Reino Unido, com objetivo de aprimorar o sistema de concessões de patentes. O recurso faz parte do programa de Propriedade Intelectual do Fundo de Prosperidade do Governo Britânico, o Prosperity Fund, e será utilizado na realização de uma consultoria no **INPI**.

A assinatura aconteceu nesta quarta-feira (12), no Rio, com as presenças do embaixador do Reino Unido no Brasil, Vijay Rangarajan; do secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre da Costa; e do presidente do **INPI**, Claudio Furtado.



O secretário especial do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, e o embaixador do Reino Unido no Brasil, Vijay Rangarajan, fecham parceria de investimento com Prosperity Fund - fundo de cooperação do Governo Britânico - Fernando Frazão/Agência Brasil



Para o embaixador britânico, o acordo reforça a união histórica entre ambos os países, principalmente agora, no período pós-Brexit, quando novos acordos bilaterais de livre comércio poderão ser firmados. "Este é um momento muito importante. É uma nova etapa. Estamos trabalhando há três anos sobre o tema da **propriedade** intelectual, que é uma base fundamental para a inovação. Brasil e Reino Unido são países muito inovadores. Têm muita criatividade, mas necessitam proteger a **propriedade** intelectual", frisou Vijay Rangarajan.

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, fala sobre parceria de investimento do Pros-

Continuação: Reino Unido investe R\$ 18 milhões para aprimorar INPI

perity Fund - fundo de cooperação do Governo Britânico - Fernando Frazão/Agência Brasil

O secretário brasileiro destacou que o acordo trará vantagens ao país e sinaliza a disposição britânica em colaborar com o Brasil. "A nossa colaboração com o Reino Unido data de antes do Brexit. Desde o início do ano passado ela tem se intensificado muito na área de **propriedade** intelectual. Este acordo significa mais apoio para que o **INPI** seja um escritório de patentes padrão no mundo. Mais proteção resultará em mais inovação no Brasil. E, portanto, mais investimentos em ciência, tecnologia e desenvolvimento de produtos. É um Brasil novo, mais moderno e integrado", disse Carlos Alexandre da Costa.

O presidente do **INPI** também comemorou a assinatura do acordo, que ajudará, por exemplo, a reduzir ainda mais o tempo de **concessão** de patentes no instituto, entre outras vantagens. "Este acordo representa para a sociedade brasileira a colocação do **INPI** como uma organização totalmente sintonizada com o século 21, que vai se sobressair no mundo pela eficiência, proba e garantidora de propriedade intelectual. Isto sustenta todo o programa de investimentos e comércio mundial. O país sendo visto como respeitador de contratos, e onde há garantia jurídica para a propriedade intelectual, passa a competir com todos os demais países que têm essas mesmas condições na atração de investimentos e fluxo de comércio", disse Furtado.

O embaixador do Reino Unido no Brasil, Vijay Rangarajan e o secretário especial do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, fecham parceria de

investimento com Prosperity Fund - fundo de cooperação do Governo Britânico - Fernando Frazão/Agência Brasil

Patentes

Segundo o presidente do **INPI**, no início do ano passado havia 180 mil patentes com atraso médio de 8,4 anos. Até agosto passado, o estoque já havia sido reduzido para 150 mil e atualmente está em 120 mil. A meta é reduzir em 80% o estoque até o final de 2021, com uma média de tempo de concessão de 2 anos.

A parceria prevê o investimento dos R\$ 18,5 milhões até março de 2023 para apoiar o **INPI** na melhoria de seus processos internos e gestão em cinco campos: Sistema de Gerenciamento de Qualidade, Sistema de Gerenciamento de Processos, Política de Preços dos Serviços, Estratégia de TI e Estratégia de RH.

O Prosperity Fund é um fundo de investimento com objetivo primário de apoiar a reforma e o desenvolvimento econômico em países que serão os principais parceiros comerciais do Reino Unido no futuro. Além de ajudar a acabar com a pobreza, o fundo visa que essas reestruturações criem oportunidades para negócios internacionais, inclusive com empresas britânicas. Como parte do fundo global de 1.2 bilhão de libras do Prosperity Fund, o Reino Unido investirá até 110 milhões de libras no Brasil até 2023.

Fonte: Agência Brasil

O post Reino Unido investe R\$ 18 milhões para aprimorar **INPI** apareceu primeiro em ABIPTI.

STJ julgará disputa de músicos do Legião Urbana pelo uso da marca

JUSTIÇA



Dado Villa-Lobos e Marcelo Bonfá brigam na Justiça com o filho de Renato Russo desde 2013 Banda Legião Urbana na rampa do Congresso / Crédito: Divulgação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode pôr fim a uma disputa judicial que se arrasta desde 2013 envolvendo os ex-integrantes do Legião Urbana Dado Villa-Lobos e Marcelo Bonfá e a empresa Legião Urbana Produções Artísticas, gerida pelo filho de Renato Russo, Giuliano Manfredini. A ministra Isabel Gallotti, relatora do caso no STJ, admitiu um recurso especial contra uma decisão da Justiça do Rio de Janeiro sobre o caso. O recurso impugna a possibilidade de os ex-integrantes seguirem com a

Legião Urbana, registrada pela empresa de Renato Russo.

Caso o filho do cantor e compositor vença a disputa, outras duas ações que também tramitam em torno do tema podem ser impactadas. Uma delas é relativa à cobrança pelo uso da marca durante o tempo em que os ex-integrantes conseguiram usá-la. O caso está na primeira instância. A segunda é uma execução provisória dos valores que os antigos músicos do Legião Urbana devem ao filho de Renato Russo.

O herdeiro e administrador da marca de Renato Russo pede que os outros ex-integrantes juntem aos autos todos os contratos por eles firmados envolvendo a marca Legião Urbana, sobretudo os mais de 50 shows que integram a turnê pelo Brasil em comemoração aos 30 anos da banda, feitos de outubro de 2015 a julho de 2016, bem como outros eventos que possam estar agendados.

A empresa pretende ter acesso, ainda, a informações a respeito de cachês recebidos, publicidade, patrocínios e apuração de bilheteria e participação nos lucros. Com isso, espera receber um terço dos valores contratados.

Bonfá e Dado Villa-Lobos reivindicaram, ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), participação na empresa criada por Renato Russo em 1987. Naquele ano, Renato chegou a doar cotas simbólicas aos colegas da banda, mas eles as revenderam ao cantor e compositor meses depois. Renato Russo passou a ser o dono da Legião Urbana Produções Artísticas, empresa hoje em disputa.

Eles pediram ainda pagamento de indenização patrimonial e moral na liquidação da sentença. Apesar de rechaçar a tentativa de retorno ao quadro social da empresa, o juiz da 7ª Vara Empresarial da Comarca

Continuação: STJ julgará disputa de músicos do Legião Urbana pelo uso da marca

da Capital do Estado do Rio de Janeiro permitiu aos ex-integrantes o uso da marca Legião Urbana, registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) por Renato Russo.

Esta decisão transitou em julgado e agora as batalhas se dão em outros processos. O recurso especial 1.255.275, sob a relatoria da ministra Isabel Gallotti, trata sobre a negativa de uma ação rescisória contra a decisão do TJRJ que permitiu aos ex-integrantes o uso da marca Legião Urbana, mesmo sem participação na empresa titular do registro.

De acordo com os advogados de Manfredini, a Legião Urbana Produções não se opõe que ambos cantem e usem as músicas, mas eles alegam que os músicos não poderiam vender para o público que a banda Legião Urbana ainda existe. Além disso, a exploração comercial não poderia se dar com benefícios exclusivos aos outros dois músicos, já que a sentença transitada em julgado não garantiu a exploração da marca de forma exclusiva.

Ainda que a relatora não tenha apreciado o mérito, o advogado da Legião Urbana Produções considerou positiva a decisão. Antes o recurso nem tinha conhecimento. O tribunal da origem disse que a ação rescisória não merecia ser conhecida. A decisão nos é muito boa, até porque a ministra decide e pontua as violações. E dentre elas, tem uma acachapante que é o fato de ter tramitado na Justiça estadual e, por força de lei, a matéria é de competência da Justiça Federal, explica Guilherme Coelho.

A defesa da empresa sustenta a incompetência da 7ª Vara Empresarial da Comarca da capital carioca para apreciar o pedido de declaração judicial de cotitularidade da marca Legião Urbana. Isso porque ela foi registrada em nome de Renato Russo no **INPI** des-

de 1987. Dessa forma, a autarquia automaticamente desloca a matéria para ser discutida na Justiça Federal.

Os recorrentes passaram a não só utilizar o nome Legião Urbana como se dele fossem cotitulares, mas também começaram a explorar comercialmente a marca, os **direitos** autorais das obras de Renato Russo e sua imagem, apresentando-se em eventos, programas televisivos, e especialmente promovendo a turnê com mais de 100 (cem!) shows por todo o país em comemoração aos 30 anos de Legião Urbana, apontam os recorrentes.

Eles relatam, ainda, que em 2019 em comemoração aos discos Dois e Que País é Este, Villa-Lobos e Bonfá tocaram músicas de autoria exclusiva (letra e melodia) de Renato Russo e outras em coautoria, todas interpretadas na voz de cantores convidados, o que vem resultando no recebimento de cachês, participação na bilheteria, patrocínios, merchandising e outros valores, fontes de expressivas receitas, sobre as quais inexistem qualquer contrapartida à recorrida, que é a exclusiva titular e dona da marca Legião Urbana que detém e administra, com exclusividade, todos os **direitos** autorais de Renato Russo.

Dado e Bonfá argumentam em embargos de declaração apresentados ao TJRJ que o pedido feito nas contrarrazões à apelação da empresa gerida por Manfredini não foi analisado pelo tribunal; que o critério de um terço adotado pelo acordão seria abusivo; e a negativa de prestação jurisdicional em relação ao fundamento de que estariam utilizando a expressão Legião Urbana como **direito** autoral e não marca.

Para os dois colegas de Renato Russo, a sentença proferida nos autos da ação nº 0239202-41.2013.8.19.000 1 teria lhes permitido a

Continuação: STJ julgará disputa de músicos do Legião Urbana pelo uso da marca

utilização da marca de forma ilimitada e sem a necessidade de qualquer contraprestação à empresa Legião Urbana Produções, tratando-se, assim de exercício regular do seu direito.

Além disso, não haveria motivo para reparação porque a expressão Legião Urbana estaria sendo usada em decorrência dos **direitos** autorais que detém so-

bre o primeiro álbum do grupo, que tem o mesmo nome.

Ana Pompeu

Huawei: novas acusações do governo dos EUA não têm fundamento



sumo_upscaled_image_x4

[Atualizada às 15h40] A Huawei respondeu às acusações do governo dos EUA nesta sexta-feira, 14, por meio de um posicionamento. A fornecedora chinesa afirma que a nova acusação, feita no dia anterior, tem propósito de causar danos à reputação da empresa. Ainda alega que o propósito é competitivo, e não baseado na legalidade.

A companhia diz ainda que as acusações do Departamento de Justiça não têm fundamento. Além disso, a Huawei diz que as acusações do governo dos EUA estariam baseadas em "disputas cíveis re-

cicladas" dos últimos 20 anos, e que já teriam sido resolvidas.

Na tarde desta sexta-feira, a Huawei publicou um novo comunicado, mais completo. Além de trazer os argumentos anteriores, a companhia cita ainda números sobre qualificações de **patentes**. E diz que tanto Apple quanto Samsung têm mais do que o dobro das disputas de propriedade intelectual que a Huawei.

Na quinta-feira, 13, o DoJ afirmou ter novas evidências de que a Huawei teria promovido atitudes criminosas para roubar segredos industriais. Também acusam a empresa e filiais de terem realizado negócios com Coreia do Norte e Irã. Esses países estão sob sanções dos EUA, União Europeia e/ou Nações Unidas.

Essas duas subsidiárias - Skycom Tech e Futurewei Technologies - teriam violado a lei de organização corrupta e influência criminosa (RICO, na sigla em inglês). O DoJ alega que a companhia teria desonrado acordos para se apropriar da tecnologia. Assim, teria recrutado funcionários e mesmo professores para obter os recursos. Isso tudo era incentivado por uma política de bônus de recompensa.

Ainda há acusações contra a CFO Wanzhou Meng, filha do CEO Ren Zhengfei e herdeira do grupo chinês. Ela foi presa no final de 2018, no Canadá, a pedido dos EUA.

Posicionamento da Huawei na íntegra

O governo dos Estados Unidos há tempos vem usando a força de uma nação inteira para atingir uma empresa privada. O país usou todas as ferramentas à sua disposição (sejam elas legislativas, administrativas, judiciais ou diplomáticas) e até tentou influenciar a opinião pública para interromper as operações co-

Continuação: Huawei: novas acusações do governo dos EUA não têm fundamento

merciais da Huawei. Raramente a história testemunhou esse tipo de ataque. As novas acusações do Departamento de Justiça dos Estados Unidos contra a Huawei fazem parte desta campanha. Isso consiste em perseguição política, pura e simplesmente.

São acusações que não revelam nada de novo. Elas se baseiam principalmente em disputas civis dos últimos 20 anos que foram previamente resolvidas, litigadas e, em alguns casos, rejeitadas por juízes e júris federais. Nessas disputas, nenhum tribunal descobriu que a Huawei havia se envolvido em roubo de **propriedade** intelectual ou exigido que a Huawei pagasse indenização por violação de **propriedade** intelectual de terceiros. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos está reintroduzindo casos civis anteriormente resolvidos como casos criminais. Trata-se de aplicação seletiva da lei, motivada politicamente e contrária a convenções judiciais comuns.

Disputas sobre propriedade intelectual são comuns em negócios internacionais. Segundo registros públicos, de 2009 a 2019, a Apple esteve envolvida em 596 ações de propriedade intelectual e a Samsung em 519. A Huawei esteve envolvida em 209.

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos insistiu em instaurar uma ação criminal contra a Huawei, com único objetivo de atacar, desacreditar e

manchar a reputação das principais tecnologias da companhia. Eles querem prejudicar a vantagem competitiva da Huawei no mercado global.

Nenhuma empresa pode se tornar líder global roubando outras. Até o final de 2018, a Huawei registrou 87.805 patentes, incluindo 11.152 patentes nos Estados Unidos. Desde 2015, a Huawei recebeu mais de US\$ 1,4 bilhão em receita de licenciamento. A companhia pagou mais de US\$ 6 bilhões em royalties pelo uso legítimo das patentes de outras empresas, sendo que quase 80% desse valor foi pago a empresas americanas.

Nenhum dos produtos ou tecnologias da Huawei foi desenvolvido por meio de roubo de segredos comerciais. O desenvolvimento da Huawei é o resultado de nosso enorme investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, além do trabalho árduo dos funcionários nas últimas três décadas. A Huawei conta com a confiança e o apoio de nossos clientes, fornecedores e parceiros.

Atacar a Huawei não ajudará os Estados Unidos a ficarem à frente da concorrência. Repetir uma mentira não a tornará realidade. A Huawei acredita que o tribunal tomará uma decisão justa com base em fatos e evidências.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 4, 8

Propriedade Intelectual

6, 11

Marco regulatório | INPI

6, 8

Patentes

6, 11